

Boletim 95 - novembro de 1997

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

ADMINISTRATIVO - SUNAB - MULTA

EMENTA

ADMINISTRATIVO. SUNAB. MULTA. PORTARIA SUPER 04/91.

- A cobrança de despesas realizadas com a transmissão de fundos através de uma ordem de pagamento por telex, não representa o preço de serviços prestados pelo banco, mas apenas um ressarcimento dos gastos efetuados pela instituição financeira com a operação.

- Tendo havido, antes da ação fiscalizatória da SUNAB, uma majoração nos preços das aludidas tarifas referentes à transmissão por telex, é plenamente justificável a discrepância encontrada entre os valores cobrados pelo mesmo serviço em janeiro de 1991, quando ainda não teria ocorrido a elevação mencionada.

- Apelação improvida.

- Sentença confirmada.

Apelação Cível nº 37.711-PE

Relator: Juiz José Maria Lucena

(Julgado em 26 de junho de 1997, por unanimidade)

ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO - DESVIO DE FUNÇÃO

EMENTA

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTATUTÁRIO. DESVIO DE FUNÇÃO. PAGAMENTO DE DIFERENÇA DE REMUNERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

- Mesmo quando a lei autoriza, em caráter extraordinário, o desvio funcional, não cogita em alteração da remuneração do servidor desviado.

- A jurisprudência do STF se consolidou no sentido de que o servidor público só tem direito aos vencimentos do cargo de que se tornou titular por força de investidura legal.

- A Súmula 233 do extinto TFR não se aplica aos servidores públicos estatutários.

Apelação Cível nº 115.370-PE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 04 de setembro de 1997, por maioria)

ADMINISTRATIVO - VIÚVA DE EX-COMBATENTE MARÍTIMO - PENSÃO ESPECIAL

EMENTA

ADMINISTRATIVO. VIÚVA DE EX-COMBATENTE MARÍTIMO. PENSÃO ESPECIAL. LEI Nº 8.059/90.

- Viúva de ex-combatente da marinha mercante que percebe pensão especial do art. 30 da Lei nº 4.242/63.

- Pedido de conversão para recebimento da pensão estabelecida pelo art. 3º da Lei nº 8.059/90. Possibilidade.

- Implantação do benefício de acordo com o pedido inicial, e não a partir da promulgação da CF/88.

Remessa Ex Officio nº 115.757-PE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 14 de agosto de 1997, por unanimidade)

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL - SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL - REAJUSTE SALARIAL

EMENTA

ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE SALARIAL.

47,94%. MP Nº 434/94. CARACTERIZADA OFENSA AO DIREITO ADQUIRIDO.

- É devido o reajuste de 47/94, tendo em vista não ter sido a MP nº 434/94 convertida em lei dentro do prazo legal.

- Apelação provida.

Apelação Cível nº 105.298-PB

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 09 de setembro de 1997, por unanimidade)

ADMINISTRATIVO - CONCURSO PÚBLICO - PROCURADOR DA REPÚBLICA

EMENTA

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. PROCURADOR DA REPÚBLICA. DIPLOMA. EXIGÊNCIA DE PRAZO MÍNIMO.

- A Lei Complementar nº 87, de 20.05.93, estabelece como pressuposto para inscrição no concurso para provimento do cargo de Procurador da República "ser bacharel em direito há, pelo menos, dois anos".
- Dispositivo de constitucionalidade duvidosa (o próprio Chefe do Ministério Público propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN nº 1.040-9, objetivando expungir a exigência do nosso sistema), aspecto todavia aqui não discutido.
- O requisito tem em vista o exercício do cargo. Desse modo, não merece reproche a decisão judicial que assegurou a participação de candidato que se acha prestes a complementar o biênio exigido, sobretudo quando se sabe que a realização do certame se prolonga por muito mais de um ano.
- Entendimento prevalente nesta Corte.
- Improvimento da remessa.

Remessa Ex Officio nº 57.894-CE

Relator: Juiz Castro Meira

(Julgado em 18 de setembro de 1997, por unanimidade)

ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL - REAJUSTE GERAL

EMENTA

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. LEIS NºS 8.622/93 E 8.627/93. 28,86%. ART. 37, X, CF. REAJUSTE GERAL. EXTENSÃO AOS SERVIDORES CIVIS. ISONOMIA.

- Sendo o aumento de 28,86%, estabelecido pela Lei nº 8.627/93, autorizado em decorrência do aumento geral para os servidores públicos civis e militares, concedido pela Lei nº 8.622/93, não há como, mesmo à vista do disposto no art. 4º deste diploma legal, negar-se a amplitude do benefício concedido pela Lei nº 8.627/93, de modo a, ferindo-se o princípio constitucional da isonomia, excluir-se de seus efeitos uma categoria de servidores.
- Apelação provida.

Apelação Cível nº 105.415-PE

Relator: Juiz Petrucio Ferreira

(Julgado em 17 de junho de 1997, por unanimidade)

ADMINISTRATIVO - FGTS - CORREÇÃO MONETÁRIA

EMENTA

ADMINISTRATIVO. FGTS. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICE DE POUPANÇA. LEIS 8.036/90, ART. 13; 5.107/66; 5.705/77 E 5.958/73.

- Prevalecem os critérios de atualização monetária do FGTS com base no IPC, não podendo as modificações no cálculo da correção monetária, até o final de janeiro/89, afetar o direito adquirido do titular da conta.
- É devido o percentual de 20,361%, relativo ao IPC de janeiro/89, reservando-se à liquidação da sentença a apuração do quantum já aplicado.
- É irrelevante o fato de constar em editais os índices de correção a serem creditados em conta de FGTS, visto que não induzem prova do pagamento do crédito.
- Os juros de mora são devidos à taxa de 6% ao ano, desde a citação, art. 1.062 c/c o art. 1.536, § 2º, do CCB.
- A aplicação do índice de IPC será feita apenas no mês de sua incidência e a diferença resultante será atualizada monetariamente até a data da liquidação do julgado.
- Apelação parcialmente provida.

Apelação Cível nº 121.334-AL

Relator: Juiz Petrucio Ferreira

(Julgado em 14 de outubro de 1997, por unanimidade)

ADMINISTRATIVO - MILITAR - TEMPO DE SERVIÇO

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MILITAR. SOMENTE O TEMPO EFETIVO DE SERVIÇO MILITAR CONTA PARA AQUISIÇÃO DE ESTABILIDADE DO PRAÇA.

- Tempo de serviço público civil que não tem relevância para esse fim.
- Apelação improvida.

Apelação Cível n° 121.127-RN

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 14 de outubro de 1997, por unanimidade)

ADMINISTRATIVO - QUINTOS - INCORPORAÇÃO

EMENTA

ADMINISTRATIVO. INCORPORAÇÃO DOS QUINTOS DE SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DE CONFIANÇA.

- Abrangência da irredutibilidade.
- Precedentes.
- Apelo provido.

Apelação em Mandado de Segurança n° 60.620-SE

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 23 de setembro de 1997, por unanimidade)

ADMINISTRATIVO - FGTS - CORREÇÃO MONETÁRIA

EMENTA

FGTS. CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DO IPC. ÍNDICES DE 26,06% (JULHO/87), 42,72% (JANEIRO/89), 84,32% (MARÇO/90), 44,80% (ABRIL/90) E 7,87% (MAIO/90). DIREITO ADQUIRIDO. PRECEDENTES. LEGITIMIDADE DA CEF. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. JUROS MORATÓRIOS DE 6% A.A.

- A Caixa Econômica Federal tem legitimidade para integrar a lide em que se busca correção dos saldos das contas do FGTS, vez que, como agente operadora do Fundo, informa às instituições financeiras, nas quais existem as contas vinculadas, os saldos atualizados dos depósitos respectivos.

- Prescrição trintenária.
- Aplicação dos índices de 26,06%, 84,32%, 44,80% e 7,87% apurados a título do IPC, nos meses de julho/87, março, abril e maio/90.
- Quanto ao IPC de janeiro/89, aplica-se o percentual de 42,72%, consoante decisão do Superior Tribunal de Justiça.
- Juros de 6% ao ano.
- Apelação parcialmente provida.

Apelação Cível n° 107.490-RN

Relator: Juiz Abdias Patrício Oliveira

(Julgado em 17 de abril de 1997, por unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO - ITR - INCONSTITUCIONALIDADE DO PRÓ-RURAL

EMENTA

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ITR. INCONSTITUCIONALIDADE DO PRÓ-RURAL.

- O tributo instituído encontra-se dentro das previsões constitucionais sobre as contribuições sociais.
- Indevida apenas a cobrança nos noventa dias posteriores à edição da lei, bem como o uso da TR (Taxa Referencial) como índice de correção monetária.
- Agravo parcialmente provido.

Agravo de Instrumento n° 7.774-SE

Relator: Juiz José Maria Lucena

(Julgado em 24 de abril de 1997, por unanimidade)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - PRÁTICA FORENSE - ESTÁGIO

EMENTA

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ARTIGO 3º, INCISO IV, DA CF/88. ARTIGO 21, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR 73/93. PERÍODO DE PRÁTICA FORENSE COMO ESTÁGIO. COMPROVAÇÃO. PRESENÇA DOS REQUISITOS ESSENCIAIS.

- A plausibilidade do direito se configura, tendo em vista que o conceito de prática forense é amplo, não incluindo apenas as atividades desempenhadas na condição de bacharel.
- Quanto ao perigo da demora, este também se encontra presente, visto que, se não concedida a aludida medida, pode acarretar para os autores sérios prejuízos econômicos.

- Apelação improvida.

Apelação Cível nº 95.655-CE

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 09 de setembro de 1997, por unanimidade)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - RESPONSABILIDADE CIVIL - INDENIZAÇÃO

EMENTA

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. INDENIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL.

- O evento danoso induziu ao direito de indenização, que deve buscar o reparo de forma objetiva, em função do efetivo prejuízo causado.

- Comprovado onexo causal entre o dano e o comportamento comissivo dos seus agentes, não poderá o réu eximir-se da indenização (CF/88, art. 37, § 6º).

- Mantida a fixação da verba honorária em 15%.

- Apelação improvida.

Apelação Cível nº 107.495-RN

Relator: Juiz Hugo Machado

(Julgado em 13 de março de 1997, por unanimidade)

CONSTITUCIONAL - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - REMUNERAÇÃO

EMENTA

CONSTITUCIONAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS DIRETORES, TRABALHADORES AUTÔNOMOS E AVULSOS.

- Previsão na Lei Complementar 84/96.

- Superação da causa de inconstitucionalidade do art. 22, I, da Lei 8.212/91.

- Validade da cobrança.

- Apelação improvida.

Apelação em Mandado de Segurança nº 59.383-PE

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 23 de setembro de 1997, por unanimidade)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - CONCURSO PÚBLICO - PROCURADOR DO TRABALHO

EMENTA

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO DE PROCURADOR DO TRABALHO.

INSCRIÇÃO. EXIBIÇÃO DE DIPLOMA DE BACHAREL EM DIREITO EXPEDIDO HÁ MAIS DE DOIS ANOS.

- Exigência fixada em lei complementar, que há de ser interpretada sistematicamente com os demais requisitos fixados nas normas reguladoras do procedimento seletivo, e que busque aferir, já no instante da inscrição, a prática forense de que seja portador o candidato.

- Discrimen que guarda pertinência lógica com os fins visados pela legislação de regência. Inocorrência de afronta ao princípio constitucional da isonomia.

Ausência de ilicitude ou abusividade no ato impugnado.

- Remessa oficial provida.

Remessa Ex Officio nº 52.304-CE

Relator: Juiz Geraldo Apoliano

(Julgado em 12 de junho de 1997, por unanimidade)

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO - PIS - RECEPÇÃO DA LC Nº 07/70 - CF/88

EMENTA

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. PIS. DECRETOS-LEIS NºS 2.445 E 2.449/88. RECEPÇÃO DA LC Nº 07/70 PELA CF DE 1988.

- "São inconstitucionais as alterações na contribuição para o Programa de Integração Social introduzidas pelos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449". (Súmula 07 do TRF - 5ª Região).

- A Lei Complementar nº 07, de 1970, que instituiu o PIS, foi recepcionada pela nova Carta Política, que a ela se reporta expressamente em seu art. 239.

- Apelação parcialmente provida.

Apelação Cível nº 101.848-PE

Relator: Juiz Abdias Patrício Oliveira

(Julgado em 24 de abril de 1997, por unanimidade)

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO - IMUNIDADE - PIS - COFINS

EMENTA

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. IMUNIDADE. PIS E COFINS. COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO. ART. 155, § 3º, DA CF/88.

- Se "é instrumental a função cautelar, porque não se liga à declaração de direito, nem promove a eventual realização dele; e só atende, provisória e emergencialmente, a uma necessidade de segurança, perante uma situação que se impõe como relevante para a futura atuação jurisdicional definitiva" (Júnior, Humberto Theodoro, Curso, vol. II), não há destempero em conceder a medida liminar requerida, já que a parte sucumbente sujeita-se ao ônus dela (sucumbência) decorrente.

- Tendo a COFINS e o PIS natureza tributária, sendo, pois, espécies de tributos, afasta-se, por força do comando constitucional, a incidência de tais exações sobre as operações faladas no parágrafo terceiro do art. 155 da CF/88.

- Satisfeitos os requisitos para a concessão da medida, exsurge para o agravante o direito subjetivo à liminar pretendida.

- Agravo provido para confirmar a liminar anteriormente concedida.

Agravo de Instrumento nº 9.568-PE

Relatora: Juíza Germana Moraes

(Julgado em 04 de setembro de 1997, por unanimidade)

CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO - TRABALHADOR RURAL - APOSENTADORIA

EMENTA

CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL AOS 60 (SESSENTA) ANOS - SE HOMEM - OU 55 (CINCOENTA E CINCO) ANOS DE IDADE - SE MULHER. TRABALHADOR RURAL. TEMPO DE SERVIÇO. RECONHECIMENTO. PROVA TESTEMUNHAL. COMPROVAÇÃO INEQUÍVOCA DA ATIVIDADE LABORAL EXERCIDA. ARTIGOS 202, I, DA CF/88, E 55, § 2º, E 96, V, DA LEI Nº 8.213/91 (LBPS).

- Tempo de serviço prestado na condição de trabalhador rural. Reconhecimento da ocorrência do fato, e de suas conseqüências jurídicas, inclusive para fins previdenciários, face à prova documental e testemunhal produzidas, e não infirmadas.

- No caso de trabalhador rural, torna-se desnecessário que a prova do exercício dessa atividade seja exclusivamente documental, bastando, para tal finalidade, a prova testemunhal, visto que o Juiz, ao aplicar o Direito, apreciará livremente as provas constantes dos autos, por inexistir, no ordenamento jurídico brasileiro, hierarquia entre qualquer uma delas (artigo 131 do CPC).

- Possibilidade da comprovação dos fatos por prova testemunhal idônea: "Prova, objetivamente, é tudo quanto nos possa convencer da certeza de um fato".

(Gabriel de Resende, apud Jônatas Milhomens).

- Aplicabilidade do artigo 202, I, da CF/88, e dos artigos 55, § 2º, e 96, V, da Lei nº 8.213/91 (LBPS).

- Apelação provida. Inversão do ônus da sucumbência.

Apelação Cível nº 120.685-CE

Relatora: Juíza Germana Moraes

(Julgado em 04 de setembro de 1997, por unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - REVISÃO DE BENEFÍCIO - JUROS DE MORA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. LIQUIDAÇÃO POR CÁLCULOS DO CONTADOR. CÁLCULO ARITMÉTICO.

- O termo inicial para o cômputo dos juros moratórios de débitos previdenciários dar-se-á no momento em que deixaram de ser pagos, fugindo, assim, à regra contida no art. 1.536, § 2º, do Código Civil.

- Tal entendimento encontra respaldo no preceito estabelecido no art. 5º da LICC, a autorizar a interpretação da lei pelo juiz, de acordo com os fins sociais do direito e às exigências do bem comum.

- A liquidação da sentença deverá ser feita por cálculos do contador, na forma do art. 604, inciso I, do Código de Processo Civil, pois o valor da condenação depende apenas de simples cálculo aritmético e o fato fora constituído quando ainda subsistia essa espécie de procedimento, antes da alteração realizada pela Lei nº 8.898/94.

- Apelação parcialmente provida.

Apelação Cível nº 32.822-PE

Relator: Juiz José Maria Lucena

(Julgado em 26 de junho de 1997, por unanimidade)

PREVIDENCIÁRIO - EX-COMBATENTES - GRATIFICAÇÕES TRANSITÓRIAS

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. GRATIFICAÇÕES TRANSITÓRIAS - AUXÍLIO-REFEIÇÃO E CESTA-ALIMENTAÇÃO - NÃO SE INCORPORAM AOS PROVENTOS DOS EX-COMBATENTES APOSENTADOS, MESMO QUANDO PREVISTAS EM CONVENÇÃO COLETIVA DA CATEGORIA PROFISSIONAL.

- Expressa previsão de não integração de tais vantagens aos salários dos trabalhadores em atividade.

- Apelação improvida.

Apelação em Mandado de Segurança nº 58.755-PE

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 16 de setembro de 1997, por unanimidade)

PREVIDENCIÁRIO E ADMINISTRATIVO - PENSÃO TEMPORÁRIA - FILHA - FUNCIONÁRIO PÚBLICO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E ADMINISTRATIVO. PENSÃO TEMPORÁRIA. FILHA DE FERROVIÁRIO FUNCIONÁRIO PÚBLICO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.

- A pensão temporária instituída pelo art. 5º, § único, da Lei 3.373, de 12.03.78, foi estendida aos ferroviários contribuintes obrigatórios do extinto IAPFESP - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos, por força da Lei 4.259, de 12.09.63.

- Com a revogação da Lei 4.259/63 pelo art. 11 do Dec.-Lei nº 956, de 13.10.69, o direito à pensão temporária continuou, apenas, para as filhas de funcionários públicos federais, já que em vigor a Lei nº 3.373/58. Entendimento da Súmula nº 232 do ex-TFR.

- Nas ações previdenciárias não incidem honorários advocatícios sobre prestações vincendas. Súmula nº 111 do STJ.

- Apelação da autora improvida.

- Apelação do INSS parcialmente provida.

Apelação Cível nº 91.598-CE

Relator: Juiz Manoel Erhardt

(Julgado em 07 de agosto de 1997, por unanimidade)

PREVIDENCIÁRIO E CONSTITUCIONAL - TRABALHADOR RURAL - APOSENTADORIA POR IDADE

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E CONSTITUCIONAL. TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA POR IDADE. COMPROVAÇÃO. DECLARAÇÃO POR SINDICATO HOMOLOGADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. CORREÇÃO MONETÁRIA.

- A Constituição Federal/88, art. 202, I, e o art. 48, caput, Lei nº 8.213/91, asseguram aposentadoria ao trabalhador rural aos 60 anos para o homem, e aos 55 anos para a mulher.

- Quanto à carência, não há necessidade de comprovação para o trabalhador rural, conforme precedentes desta Turma.

- A declaração do sindicato, homologada pelo Ministério Público, de que o trabalhador exerceu atividade rural, é prova cabível, nos termos do art. 106, III, Lei nº 8.213/91.

- Se a autora adquiriu os requisitos necessários para a concessão da aposentadoria antes da Lei nº 9.063/95, não pode a referida lei retroagir para negar tal direito, face ao princípio da irretroatividade das leis.

- Correção monetária nos termos da Lei nº 6.898/81.

- Apelação e remessa oficial, tida como interposta, parcialmente providas.

Apelação Cível nº 121.244-CE

Relator: Juiz Manoel Erhardt

(Julgado em 02 de outubro de 1997, por unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. DUPLO DOMICÍLIO DO EXECUTADO.

- A empresa executada possui escritório gerencial nesta capital.

- A execução fiscal pode ser proposta em qualquer dos domicílios do réu, sendo facultada a escolha à Fazenda Pública (art. 578, CPC).

- Agravo improvido.

Agravo de Instrumento nº 5.645-PE

Relator: Juiz José Maria Lucena

(Julgado em 20 de março de 1997, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO - PEDIDO LIMINAR

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO - SFH. PEDIDO LIMINAR.

- Afigurando-se como relevantes os fundamentos que motivaram a impetração, deve ser concedido o provimento liminar para evitar a ocorrência de medidas coercitivas por parte do agente financeiro, até a decisão da ação principal.

- Agravo provido.

Agravo de Instrumento nº 5.752-PE

Relator: Juiz José Maria Lucena

(Julgado em 20 de março de 1997, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - ADVOGADO - PODERES ESPECIAIS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADVOGADO. MANDATO COM PODERES ESPECIAIS. DECISÃO AGRAVADA QUE PROÍBE A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE LEVANTAMENTO EM NOME DO ADVOGADO.

- Pedido de admissão no pólo ativo do procedimento recursal, na qualidade de litisconsortes, formulado pelos advogados dos agravantes. Incabimento.

Possibilidade dos causídicos recorrerem como terceiros prejudicados; jamais como parte.

- Se as partes conferiram aos seus advogados poderes expressos para receber e dar quitação, constantes dos instrumentos procuratórios regularmente outorgados, na forma do art. 38 do CPC, não podem ser compelidas a comparecer em juízo para receber os valores que lhes são devidos.

- Agravo provido.

Agravo de Instrumento nº 8.987-CE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 14 de agosto de 1997, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL - PRECATÓRIO - SEQUESTRO - CONTA CORRENTE DO INCRA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL. PRECATÓRIO. DECISÃO DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DETERMINANDO O SEQUESTRO DE VALORES MANTIDOS EM CONTA CORRENTE DO INCRA.

- Os bens públicos, sejam eles móveis ou imóveis, contas bancárias, dinheiro, semoventes, são impenhoráveis e, por via de consequência, inseqüestráveis.
- O § 2º do art. 100 da Constituição Federal permite o seqüestro da quantia litigiosa, ou seja, da importância que foi paga indevidamente, fora de ordem cronológica de apresentação dos precatórios, e não o bloqueio de conta corrente da Fazenda Pública.

Agravo Regimental no Precatório nº 12.259-CE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 13 de agosto de 1997, por maioria)

PROCESSUAL CIVIL - COMPETÊNCIA - CONEXÃO

EMENTA

EMBARGOS INFRINGENTES. PROCESSUAL CIVIL. COMPETÊNCIA. CONEXÃO.

- Cumulação de ações de competência Federal e Estadual. Ação cominatória proposta por um grupo societário contra outro, pertinente a alteração contratual, de competência da Justiça Estadual; ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária contra a Fazenda Nacional e o IAPAS, de competência da Justiça Federal e ação declaratória, contra a Fazenda Estadual e Municipal, bem como eventuais credores incertos e não sabidos, da competência da Justiça Estadual.

- A possível conexão entre as diversas ações não prorroga a competência da Justiça Federal sobre as outras ações para as quais é absolutamente incompetente. A conexão prorroga a competência apenas quando se trata de juízo relativamente incompetente. Não em caso de incompetência absoluta.

- Provimento dos embargos para anular a sentença, na parte em que decidiu a declaratória contra o Estado de Pernambuco e o Município do Recife, por incompetência absoluta do Juízo.

Embargos Infringentes na AC nº 11.113-PE

Relator p/Acórdão: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 20 de agosto de 1997, por maioria)

PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - CÁLCULOS DO CONTADOR JUDICIAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO QUE SE APÓIA NA CONTA DA CONTADORIA JUDICIAL. INEXISTÊNCIA DE ERRO.

- Execução de ação de consignação de iniciativa do consignante, que ficou parcialmente vencido na lide.

- Inexiste erro na sentença que extinguiu o processo por ter o consignante depositado o quantum apurado pela Contadoria Judicial, considerado como a correta expressão da sentença exequenda pelo magistrado a quo.

- Apelação improvida.

Apelação Cível nº 94.858-RN

Relator p/Acórdão: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 02 de setembro de 1997, por maioria)

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO - HASTA PÚBLICA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. HASTA PÚBLICA. INTIMAÇÃO.

- O processo de execução tem por finalidade a satisfação do crédito mediante a constrição em bens do devedor. Estando este presente, é indispensável que seja intimado pessoalmente do dia da alienação judicial, para que possa exercer os direitos que lhe são assegurados, inclusive a remição. No entanto, se o devedor se acha ausente, não pode a execução ficar paralisada, aguardando-se a sua presença. Seria um prêmio aos astutos, um estímulo à inadimplência e um desprestígio à própria Justiça. Nesse caso, dá-se prosseguimento à execução, intimando-se o executado pela via editalícia.

- Agravo provido.

Agravo de Instrumento nº 10.736-AL

Relator: Juiz Castro Meira

(Julgado em 18 de setembro de 1997, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - FGTS - CORREÇÃO MONETÁRIA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. FGTS. CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DO IPC DE MARÇO DE 1990. CEF. LEGITIMIDADE PASSIVA.

- A legitimação passiva ad causam nas ações que versam sobre correção monetária de depósitos do FGTS cabe exclusivamente à CEF (STJ, IUJ no REsp nº 77.891/SC, Primeira Seção).

- Ilegitimidade da União Federal reconhecida.

- Cabimento da aplicação do índice referente ao IPC de março de 1990 sobre as contas vinculadas do FGTS.

- Apelo dos autores e recurso adesivo da União providos.

Apelação Cível nº 95.683-PE

Relator: Juiz Castro Meira

(Julgado em 18 de setembro de 1997, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - IMPORTAÇÃO - MOTOR E PEÇAS USADAS

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. IMPORTAÇÃO DE MOTOR E PEÇAS USADAS. RESTAURAÇÃO DE VEÍCULO ANTIGO POR COLECIONADOR. PORTARIA 08/91 - DECEX.

- Legitimidade passiva ad causam do Gerente do Serviço de Comércio Exterior do Banco do Brasil - SECEX.

- A proibição geral ditada pela Portaria nº 08/91 não se aplica à situação específica em que a importação se destina a uso próprio do importador, visando a restaurar a originalidade de automóvel antigo, além de cuidar-se de bem sem similar nacional.

- Apelação e remessa oficial improvidas.

Apelação em Mandado de Segurança nº 59.787-CE

Relator: Juiz Castro Meira

(Julgado em 18 de setembro de 1997, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA - JULGAMENTO EXTRA PETITA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NULIDADE.

VIOLAÇÃO AOS ARTS. 128, 460 E 468, TODOS DO CPC.

- O pedido fixa o limite da sentença, de modo a formar-se a coisa julgada - eficácia - e, constatando-se que as decisões proferidas no juízo singular, tanto no processo de conhecimento quanto na liquidação da sentença, foram proferidas fora do libelo, portanto extra petita, nulas devem ser tais decisões.

- Sendo a nulidade matéria de ordem pública, deve ser conhecida de ofício.

- Apelação provida.

Apelação Cível nº 96.873-RN

Relator: Juiz Petrucio Ferreira

(Julgado em 07 de outubro de 1997, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DECLARATÓRIA - TEMPO DE SERVIÇO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA. PRESTABILIDADE ENQUANTO PROCESSO DE CONHECIMENTO PARA COLHEITA E EXAME DE PROVA DOS ELEMENTOS FÁTICOS NECESSÁRIOS À DECLARAÇÃO JURÍDICA PRETENDIDA. TEMPO DE SERVIÇO. COMPROVAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO JUNTO AO INSS. PROVAS TESTEMUNHAIS COM INÍCIO DE PROVA MATERIAL.

- Sendo a ação declaratória espécie do gênero processo de conhecimento e, estando a relação jurídica que se pretende ver declarada, quanto aos seus elementos fáticos, a necessitar de provas, não há que se negar a adequação da própria ação declaratória para a colheita de tais provas.

- Restando devidamente comprovado o elemento fático em que consiste a declaração jurídica pretendida, declara-se a mesma.

- Apelação e remessa oficial improvidas.

Apelação Cível nº 117.573-CE

Relator: Juiz Petrucio Ferreira

(Julgado em 07 de outubro de 1997, por unanimidade)
PROCESSUAL CIVIL - ACÓRDÃO - MATÉRIA ESTRANHA AO FEITO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

- Acórdão que versa sobre matéria estranha ao feito. Erro na juntada de peças. Correção.

- Invocação da imunidade prevista no parágrafo 3º do art. 155, CF. A COFINS e o PIS não incidem sobre operações, e sim sobre o faturamento ou a receita bruta das empresas. Fundamentação que se não apresenta, de plano, relevante. Embargos recebidos para supressão do erro na indicação dos fundamentos para negativa de provimento do agravo regimental.

Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 9.353-PE
Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 14 de agosto de 1997, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO - BENEFÍCIOS - EXECUÇÃO DE SENTENÇA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. INOCORRÊNCIA DE PROVA DO PAGAMENTO NA VIA ADMINISTRATIVA.

- Planilhas de cálculos apresentadas pelo INSS que não indicam, de maneira objetiva, que o pagamento na via administrativa se efetivou.

- Afirmativa do INSS ter feito os pagamentos em sede administrativa, diretamente ao autor, sem haver comprovação idônea, não parecendo suficiente, para a prova do fato, a apresentação de simples relatórios ou listagens, produzidos por conta exclusiva da própria Autarquia.

- Ao INSS competiria impugnar especificamente os cálculos ofertados pela contraparte, indicando-se, de maneira clara e objetiva, em que consistiria o desacerto naqueles existente.

- Improcedência da alegação, dado que não se comprovou o aludido pagamento.

- Apelação provida.

Apelação Cível nº 118.144-RN

Relator: Juiz Geraldo Apoliano

(Julgado em 07 de agosto de 1997, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - ACÓRDÃO - OMISSÃO - INEXISTÊNCIA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO.

- Inocorrência de omissão no acórdão se o tema suscitado encontra-se devidamente apreciado no voto.

- O não acatamento das afirmativas deduzidas no decorrer do trâmite processual - vale dizer, na peça pòrtico, na defesa, ou nos recursos -, não implica em omissão posto que, ao julgador, cumpre apreciar o tema de acordo com o que reputar atinente à lide.

- Inexiste norma legal que impeça o juiz de, ao proferir sua decisão, adotar como razões de decidir a fundamentação de outro julgado; tampouco é defeso que o Juízo ad quem deixe de referendar, no todo ou em parte, a fundamentação da sentença proferida no feito que esteja a analisar, valendo o mesmo em relação às leis, à doutrina e à jurisprudência referidas pelas partes em suas manifestações.

- O juiz julga a questão posta fundado no seu livre convencimento (artigo 131 do CPC), e à luz do exame dos fatos e dos aspectos pertinentes ao tema, das provas produzidas, e das leis, doutrina e jurisprudência que julgar aplicáveis ao caso concreto.

- Embargos de declaração improvidos.

Embargos de Declaração na AC nº 92.740-AL

Relator: Juiz Geraldo Apoliano

(Julgado em 21 de agosto de 1997, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - EXCESSO DE PENHORA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. EXCESSO DE PENHORA. INOCORRÊNCIA.
- Para que tenha êxito a ação incidental de embargos sob a alegação de excesso de penhora, faz-se mister que haja comprovação inequívoca da discrepância entre o bem penhorado e o valor da execução.

- In casu, inexistente qualquer prova a abonar a tese da embargante, mormente quando entre a data do ajuizamento da execução e da realização da penhora já se passaram vários meses.

- Apelação improvida.

Apelação Cível nº 20.737-CE

Relator: Juiz Manoel Erhardt

(Julgado em 14 de agosto de 1997, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - AUTARQUIA - EMBARGOS À EXECUÇÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. AUTARQUIA. EXTEMPORANEIDADE DA AÇÃO INCIDENTAL. OCORRÊNCIA. INAPLICAÇÃO DO ART. 188 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

- Nas execuções movidas com base no art. 730 do CPC, o prazo para embargar é de 10 (dez) dias.

- Não deve se aplicar a regra do art. 188 do mesmo diploma legal, isto é, prazo para a Fazenda Pública de 40 dias, uma vez que se trata de embargos à execução, e não tecnicamente de uma defesa.

- Apelação improvida.

Apelação Cível nº 81.672-AL

Relator: Juiz Manoel Erhardt

(Julgado em 28 de agosto de 1997, por unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - ALEGAÇÃO DE EXCESSO

EMENTA

EMBARGOS À EXECUÇÃO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO.

- Não provado o excesso de execução, impõe-se a improcedência dos embargos.

- Apelação do autor provida.

- Apelação do INSS improvida.

Apelação Cível nº 100.535-RN

Relator: Juiz Napoleão Maia Filho

(Julgado em 15 de maio de 1997, por unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

PROCESSUAL PENAL - CRIME - PREFEITO DE MUNICÍPIO - EMPRESA PÚBLICA FEDERAL

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. CRIME PRATICADO POR PREFEITO DE MUNICÍPIO CONTRA EMPRESA PÚBLICA FEDERAL. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. INTERPRETAÇÃO DO ART. 29, VIII, DA CF.

- As causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes são da competência da Justiça Federal.

- A Constituição Federal assegura aos prefeitos municipais serem processados e julgados perante o 2º grau de Jurisdição (art. 29, VIII, da CF); em casos de crimes federais, por analogia, deverão ser processados pelo Tribunal Regional Federal.

- Recurso provido.

Recurso Criminal nº 62-RN

Relator: Juiz Manoel Erhardt

(Julgado em 28 de agosto de 1997, por unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO TRIBUTÁRIO

TRIBUTÁRIO - FINSOCIAL - COFINS - COMPENSAÇÃO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. COMPENSAÇÃO. FINSOCIAL. COFINS. POSSIBILIDADE.

- Nos termos da Lei nº 8.383, de 30.12.91, art. 66, é permitida a compensação de tributos com outros da mesma espécie.

- Após a Constituição Federal de 1988, mais precisamente com a dicção do art. 56, do ADCT, o FINSOCIAL passou a ser contribuição social, visto ser destinado ao orçamento da seguridade social, assim como também o são a COFINS, o PIS, a contribuição da Lei nº 7.689/88 e as contribuições do INSS.

- Apelação e remessa oficial improvidas.

Apelação Cível nº 109.160-CE

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 09 de setembro de 1997, por unanimidade)

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO - PEÇAS INTEGRANTES DE VENTILADORES

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPORTAÇÃO. PEÇAS INTEGRANTES DE VENTILADORES. HIPÓTESE CONFIGURADA.

- Conforme informações da Secretaria da Receita Federal, não se trata a mercadoria de peças de reposição, mas de ventiladores desmontados, assim transportados em face da economicidade no acondicionamento de grande quantidade.

- Apelação improvida.

Apelação em Mandado de Segurança nº 56.325-CE

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 09 de setembro de 1997, por unanimidade)

TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO - FATO GERADOR

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO. FATO GERADOR. OCORRÊNCIA. ATO JURÍDICO PERFEITO. ATO DE COMÉRCIO. ACORDOS INTERNACIONAIS.

- Entende-se como ocorrido o fato gerador do imposto de importação "no momento em que se efetivou o registro da declaração apresentada pelo importador à repartição alfandegária competente".

- Considerando-se "que a norma jurídica é quem define o fato jurídico" (Marcos Bernades de Mello, Teoria do Fato Jurídico, 7ª ed., 1995, pág. 19), verifica-se que a relação jurídica travada entre as partes contratantes - ato de comércio - não foi, in casu, contemplada como fato gerador da obrigação de pagar o imposto de importação.

- Os acordos internacionais de que tenha o Brasil participado não implicam em imediata modificação na legislação tributária interna, dependendo da sua ratificação pelo Congresso Nacional (art. 49, I, da CF).

- Apelação improvida.

Apelação em Mandado de Segurança nº 54.280-PE

Relator: Juiz Castro Meira

(Julgado em 18 de setembro de 1997, por unanimidade)

TRIBUTÁRIO - IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS DO EXTERIOR - FATO GERADOR DO ICMS

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS DO EXTERIOR. FATO GERADOR DO ICMS. DL 406/68 E SÚMULA 577-STF. INAPLICABILIDADE. LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96.

- Aplica-se o DL 406/88 e a Súmula 577 do STF até a edição de Lei Complementar, conforme exigência prevista no art. 146/CF /88, dispendo sobre a matéria.

- Cuidando de fato posterior à vigência da LC 87/96, a incidência do fato gerador do ICMS ocorrerá de quando do desembaraço aduaneiro das mercadorias importadas - art. 12, IX, da LC nº 87/96.

- Apelação e remessa oficial providas.

Apelação em Mandado de Segurança nº 58.966-AL

Relator: Juiz Petrucio Ferreira

(Julgado em 21 de outubro de 1997, por unanimidade)

TRIBUTÁRIO - TR/TRD-TÍTULO DE JUROS MORATÓRIOS

EMENTA

TRIBUTÁRIO. APLICAÇÃO DA TR/TRD A TÍTULO DE JUROS MORATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE.

- A taxa de juros moratórios cobrada pela Fazenda Nacional há de ser a mesma com a qual a própria Fazenda Nacional quita seus débitos para com o contribuinte, ou seja, 1% ao mês, conforme dispõe o § 1º do art. 161 do Código Tributário Nacional.

- Apelação provida.
Apelação Cível nº 107.067-SE
Relator p/ Acórdão: Juiz Abdias Patrício Oliveira
(Julgado em 10 de abril de 1997, por maioria)
Boletim 96 - dezembro de 1997